Alexandre Felipe de LimaTeixeira
Carolina Umemaru Nunes
Felipe Lucas Gueratto
Hugo Danilo Arruda do Carmo
Laila Bellix
Mariana Winther Junqueira

Ações na Área de Saúde, Bem-Estar e Condições Sociais em Paraisópolis

Universidade de São Paulo
São Paulo- 2007

Alexandre Felipe de Lima Teixeira
Carolina Umemaru Nunes
Felipe Lucas Gueratto
Hugo Danilo Arruda do Carmo
Laila Bellix
Mariana Winther Junqueira

Ações na Área de Saúde, Bem-Estar e Condições Sociais em Paraisópolis:

Uma Análise da Atuação do Estado, do Setor Privado e dos Movimentos Socias Da Comunidade.

Trabalho apresentado ao Professor Doutor
Manoel Cabral de Castro
da disciplina Resolução de Problemas II,
da turma 52, turno matutino,
do curso de Ciclo Básico da
Universidade de São Paulo.

Universidade de São Paulo

São Paulo- 2007

Índice

1 - Resumo 4
1.1 - Contextualização 5
2 – Introdução 6
2.1 – Pobreza: privação das oportunidades, das liberdades e das capacidades 8
3 – Justificativa 11
4 - Objetivos 13
5 – Problemas da Pesquisa 14
6 - Metodologia 15
7 – Desenvolvimento 18
7.1 – Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis 18
7.2 – A União dos Moradores 21
7.3 - A Relação entre Associação-Comunidade 21
7.3.1 - A Outra Face da Relação entre Associação-Comunidade 23
7.4 - A Relação entre Associação - Iniciativa Privada 24
7.5- A Relação entre Associação – Estado 27
8 – Conclusão 29
9 - Bibliografia 33

"O paraíso pode estar perto.
Mas certamente não está
na comunidade onde o esgoto corre a céu aberto e a
luz e água vão sendo supridas conforme a criatividade
dos seus moradores. "

1 - Resumo

A abordagem que grupo teve sobre linha central de pesquisa proposta, "Saúde e Bem-Estar", definiu-se na formulação do tema escolhido para os seguintes estudos das políticas públicas e ações no setor da saúde, providas por três agentes e suas articulações: Estado (Primeiro Setor), Iniciativa Privada (Segundo Setor) e Sociedade Civil (Terceiro Setor), especificamente, em Paraisópolis, região Sul da capital paulista.

A escolha de Paraisópolis como diretriz para o estudo deve-se ao fato de serem enormes áreas de pobreza, sem o mínimo de respeito à cidadania, as quais, por lógica, demandariam atenção especial dos formuladores de políticas. Porém, como é de consentimento geral, nem sempre esse raciocínio é válido.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde; Bem-estar; Políticas; Ações; Terceiro Setor.

1.1 - Contextualização

Figura 1.0 – Formação de grupos e setores

AGENTES	FINS	SETOR
Privado para	Privado =	Mercado
Público para	Público =	Estado
Privado para	Público =	Terceiro Setor
Público para	Privado =	(corrupção)

Fonte: FERNANDES, 1994:21

A figura acima traz uma tabela proposta por Rubem Fernandes, um dos estudiosos do espaço como conjunto de condições que compõe desde o ambiente estático às movimentações sociais. Parte dessa tabela as ramificações de nosso trabalho, cuja análise se dá sobre as políticas e ações na área de saúde da Paraisópolis.

É importante entender que, há não muito tempo, a população brasileira começa ter suas demandas percebidas e inseridas na agenda política. Esse processo é ainda mais fomentado com a insurgência de movimentos sociais, que dão caráter aglutinante, mais ainda não institucional, às massas e suas demandas. E se essas, ambas, eram manipuladas por grupos dominantes industriais, hoje os empresários e organizações se encarregam desse papel.

Dessa forma, torna-se comum a parceria empresas-sociedade, bem como empresa-Estado (Figura 1.0). Portanto é, ainda assim, curioso entender até que ponto atinge o protagonismo social, isto é, até que ponto a sociedade é ator, como suas demandas (necessidades) na questão de Saúde Pública são atendidas – ora pela resposta do Estado e gestão, através de políticas de saúde, ora através de ações não-governamentais, ora pela participação política de coalizões internas à comunidade civil.

2 – Introdução

"É o lugar que oferece ao movimento do mundo
a possibilidade de sua realização mais eficaz.
Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.
Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma"
(SANTOS, 1999)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, tem-se que, "saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.". E na nova era, do Globalismo (Ianni, 1996), os paralelos segregacionistas se evidenciam e se envigoram; culminam nas subclasses, de seres-sociais excluídos também desses serviços básicos a desenvolvimento humano.

Em contraste aos centros e as zonas desenvolvidas no global/local, as zonas periféricas, as quais integram a visão sobre os efeitos das divisões sociais e espaciais e fluxos (Santos, 2001). Essa questão geográfica se faz presente em território paulistano, onde as zonas menos desenvolvidas são também menos integradas, ficam distante do espaço da produção no dia-a-dia capitalista, dando margem a outros problemas societais. O próprio fluxo de pessoas dentro da cidade é barrado, de certa forma, por essa distância entre centro e borda do perímetro urbano. Isso traz à tona a questão de presença ou ausência de planejamento urbano na formulação de políticas públicas. Presença por talvez garantir que os que beiram as relações sociais encontrem dificuldades em inserir-se, e, uma vez que produto de seu próprio lugar, não tenha condições de mudança ou mobilidade. Ausência por poupar que essas pessoas que integram subclasses, e que geralmente são a massa do desemprego estrutural, tenham direitos como o direito à saúde.

Essas áreas são comumente identificadas como Favelas - regiões urbanas de baixa qualidade de vida e cujos moradores possuem limitado poder aquisitivo – áreas com edificações inadequadas. Esta definição tem origem literária na obra de Euclides da Cunha, Os Sertões. Entretanto, ainda algumas vezes, Favela é vista como qualquer região cujas construções estejam sobre terrenos invadidos.

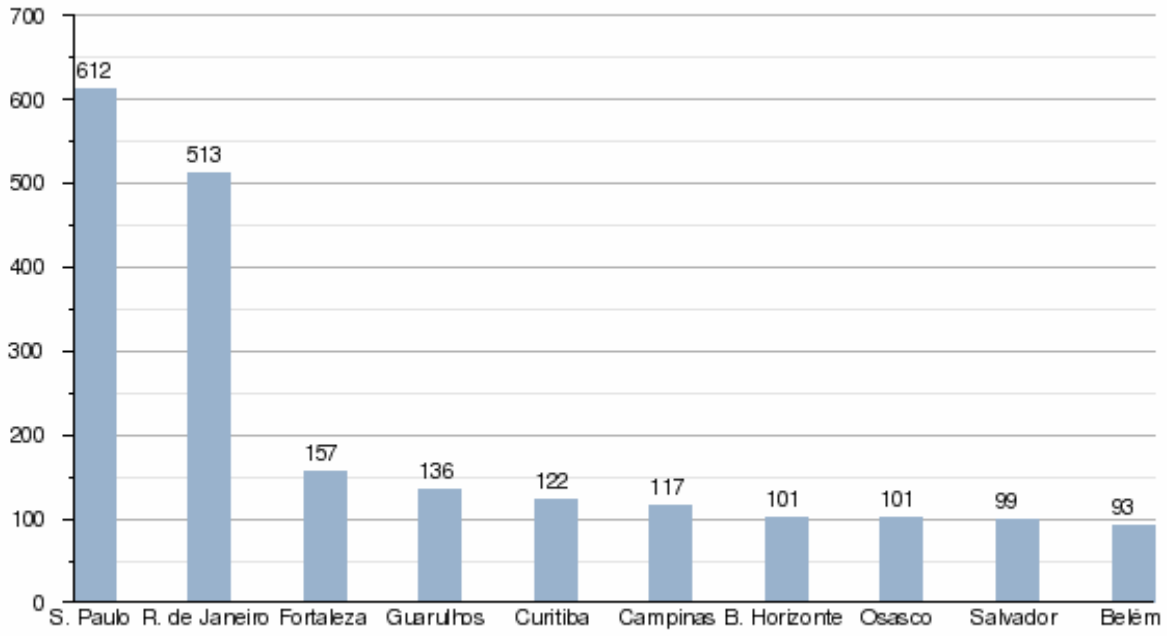
Em São Paulo, entre o enorme número de comunidades isoladas – as Favelas (Figura 2.0), tem-se a Paraisópolis – tema de nosso trabalho de pesquisa –

a qual se encaixa no caleidoscópio das desigualdades sociais, representada geograficamente. Apesar de apresentar todas as características das definições apontadas, a comunidade de Paraisópolis a identifica como uma das melhores favelas, com baixo índice de mortalidade, violência e outros indicadores e variáveis negativas. Isso tudo instiga ainda mais a percepção sobre políticas sociais e condições sociais e suas ramificações na metrópole paulistana.

Essas condições de desigualdades excluem essa parcela da população, habitante dessas comunidades, de serviços básicos, como o de saúde, essenciais aos cuidados e desenvolvimento humano. Projetos sociais emergem da necessidade de re-configurar esses espaços de acordo com as demandas locais. Esses projetos surgem ora pela própria movimentação e articulação interna à comunidade, ora por estímulos das iniciativas privadas, ora por estímulos do Estado.

O que se tem e visto ultimamente é a terceirização dos serviços de saúde (supostamente) providos pelo Estado, nos quais as Organizações não-governamentais desempenham um importante papel. Além disso, a alternativa já apontada, a iniciativa privada, vem ganhando espaço na modernização brasileira, aspecto evidenciado pela enorme preocupação que tem sido desenvolvida recentemente com a Responsabilidade Social.

Enfim, apontamos aqui a formação dessas regiões, possíveis causas e conseqüências dos problemas sociais. Resta agora, como foco principal, analisar as relações que se estabelecem entre os tipos de agentes em Paraisópolis, especificamente.



fonte Censo 2000 — IBGE. Elaboração gráfica "Wikipédia".

Figura 2.0 – Índice de favelização no Brasil, em N^{o} de favelas/município.

2.1 – Pobreza: privação das oportunidades, das liberdades e das capacidades

A favelização pela qual passa o Brasil e, especialmente as grandes cidades, como São Paulo, demostra o quão forte é o seu déficit habitacional instaurado. São Paulo apresenta um déficit nessa área de 850 mil moradias, superando até mesmo o Rio de Janeiro. Porém por trás de todos esses números e desta situação habitacional alarmante ainda há algo que deixa ainda mais perplexa e descabida a situação que é a pobreza escancarada dessa população atingida.

A pobreza é um mal incalculável, não-palpável que assola o mundo de tal forma que priva os cidadãos, acometidos por esse câncer social, da possibilidade de buscarem seus direitos, suas liberdades e suas capacidades, uma vez que, antes de tudo, não o respeitam como indivíduo, como ser humano constituinte de uma sociedade complexa onde vive.

Para Ricardo Paes de Barros e Ricardo Henriques (A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, IPEA, 2000) a pobreza brasileira decompõe-se em duas dimensões: a baixa renda *per capita* e a elevada desigualdade na

distribuição dos recursos. Contudo, essa é uma forma mais visível de pobreza, uma pobreza que assola o indivíduo e o próprio tem conhecimento de como pode tentar vislumbrar uma saída desse cenário, o que essa concepção não agrega é exatamente as mais trágicas das privações – que não somente a financeira – a da capacidade e da liberdade de buscar o seu próprio desenvolvimento.

A liberdade, a livre escolha dos próprios rumos é inversamente proporcional à pobreza, ou seja, quanto mais aquela decresce mais esta aumenta. Qual é o cidadão que deseja morar em uma favela em um mundo que o oferece oportunidades, por exemplo? Não há um ser que por espontânea vontade tomaria esse rumo, porém a pobreza o leva a isso, indo exatamente ao encontro da visão monstesquiana de liberdade:

> *"A liberdade consiste... em poder fazer o que se deve querer e não ser de forma alguma constrangido a fazer aquilo que se não deve querer."*
>
> (MONSTESQUIEU, 1748)

É exatamente essa liberdade, essa do pensador francês, que é privada dos indivíduos em questão. Não há nenhum obstáculo visível constrangendo a liberdade alheia, só que a falta de capacidades, oportunidades e de seguranças minam a dignidade e aumentam a vulnerabilidade dos mais pobres.

No outro lado, há também a liberdade amartyana que propõe "libertar o indivíduo da fome, da doença", por exemplo, para que ele seja capaz de reaver sua condição de agente apto a participar e garantir o seu próprio desenvolvimento.

Amartya Sen, aliás, crê que "... com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros" (SEN, Desenvolvimento com Liberdade). Essas oportunidades não são unicamente o acesso ao trabalho ou a alguma forma de renda, mas também, e principalmente, igualdade de oportunidades, como: o acesso à saúde, educação, saneamento básico. São esses os únicos elementos capazes de igualarem cidadãos tão distintos sócios e economicamente.

A condição de pobreza é tão débil que impossibilita o indivíduo a não ter mais condições de guiar os próprios caminhos e tampouco daqueles do seu convívio. O pensamento de “ajudar uns aos outros” ao qual remetia Sen, é inviável nesse cenário de desigualdade, pois o poder de formular, de ter voz ativa e delegar políticas em prol de si e de sua comunidade desmorona.

Enfim, de nada adianta tecer debates sobre de quem é a responsabilidade pela pobreza sem fim ou até quando iremos nesse caminho. O que se deve e precisa ser vislumbrado é a possibilidade de capacitar o cidadão mais pobre, capacitá-lo não apenas financeiramente, mas proporcionar lhe oportunidades, que o levará a sair do seu estado inercial social, econômico e político e iniciar, por conseqüência, o fim do seu ciclo de pobreza humana.

3 – Justificativa

A cidade de São Paulo parece estar repleta de falhas ou questões norteadoras em relação aos níveis de saúde e bem-estar proporcionados à população. No entanto, há algo que nos atenta: o contraste desses níveis existente entre as Favelas e os bairros de alto padrão.

Paraisópolis e Morumbi são duas regiões vizinhas que evidenciam essa disparidade, são os dois extremos dos níveis de saúde e bem-estar, assim como de diversos outros indicadores obviamente. O grupo acredita que um estudo mais profundo sobre os níveis de saúde e bem-estar no bairro do Morumbi, assim como em qualquer outro bairro rico, não nos traria nada além do conhecido e esperado: parece não haver problemas em relação ao tema, dado que o capital privado pode comprar os serviços que necessitam.

A questão que mais nos preocupa a ponto de querermos estudá-la mais a fundo é a ausência desses serviços nas favelas, que contam com uma complexidade pouco conhecida pela sociedade em geral e com escassez de dados, pesquisas e estudos já elaborados, além de ser também excluída das políticas públicas governamentais. Focaremos, portanto nosso estudo na favela de Paraisópolis.

A escolha de Paraisópolis, especificamente, deu-se também, pois esta conta com os menores índices de violência dentre as favelas de São Paulo – para se ter uma idéia desse cenário, apenas 1% dos 80 mil moradores se envolvem com tráfico de drogas - então julgamos ser a mais acessível para uma eventual pesquisa de campo.

A região quando analisado friamente, passa a imagem de uma cidade em pequenas proporções, na verdade, não se pode falar em pequenas proporções dado que a população passa dos 80 mil moradores. Porém, essa sensação é perceptível já que no local há de tudo -pequenos comerciantes são mais de mil, violência, postos de saúde, associação de moradores, entre outros. Com isso, um estudo aprofundado das políticas sanitárias (quem as criam, como funcionam, suas

estruturas) pode ser tratado aos moldes de um pequeno estudo de caso (*study case),* ferramenta essencial para aqueles que visam elaborar, fomentar, colocar em prática e avaliar políticas seja qual for o setor tratado.

" E seu gesto evidencia a contaminação recíproca
desses mundos ilhados por uma fronteira simbólica,
vem superar a dicotomia entre centro e periferia vista como
um código espacial que significa a separação
entre ordem e desordem, lei e crime, civilização e barbárie "

Crítica, acerca do filme brasileiro São Paulo S/A, que vai
exatamente ao encontro do sentimento estabelecido
entre o Morumbi e Paraisópolis.

TABELA 2- PRINCIPAIS PARCEIROS DA UNIÃO DOS MORADORES

Parceiros	Investimento	Duração
Supermercado Carrefour	Doação Semanal de Alimentos	2 anos
Açougues Turin	Doação Semanal de Carnes	2 anos
Restaurante Chalezinho	Doação periódica de Alimentos	2 anos
Associação Panamby	Doação Gás	3 anos
Rotary Morumbi/Instituto Tecnológico Diocesano	Doação Mensal para pagamentos dos Instrutores para o programa de Alfabetização	3 anos
Hospital Albert Einstein (Programa Einstein na Comunidade)	Doação de Alimentos, Materiais de Escritório, Promoção de Eventos	Mais de 10 anos
Porto Seguro Seguradora (Associação Crescer Sempre)	Pagamento de Contas Telefônicas, Acesso a Internet, Material de Escritório e Livros	8 anos
UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas	Pagamento de Instrutores e Materiais Pedagógicos	5 anos
CMB – Confederação das Mulheres do Brasil	Pagamentos de Alfabetizadores e Agentes Sociais	1 ano
Instituto Espaço Empreendedor Brasileiro	Pagamento de Instrutores	1 ano
AES Eletropaulo	Doação de Computadores e Livros	1 ano
Fundação Pensamento Digital	Doação de Equipamentos de Informática	2 anos

FONTE: Projeto "Escola do Povo"

7.5- A Relação entre Associação – Estado

A visita feita à União foi capaz de elucidar bem a dinâmica de diversas ações dentro da comunidade, uma vez que na manhã visitada, simultaneamente, aconteciam no local, aulas de informática, pois o prédio também funciona como uma base do projeto Telecentro da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Esse programa governamental tem como objetivo familiarizar, capacitar o cidadão, essencialmente, mais jovem com o mundo da informática, condição necessária para que se possa ingressar ao mercado de trabalho, atualmente. É uma "oportunidade social que capacita os indivíduos a efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros" (Sem, Amartya. 2000) oferecida pelo Estado, porém utilizando-se de infra-estrutura e pessoal da Comunidade. Computadores, salários são disponibilizados pelo governo, o interesse de aprender cabe aos próprios moradores.

Verificou-se, também, o projeto do Estado de Urbanização da Favela que tem o intuito de remover as moradias das áreas de riscos além de proporcionar um

ambiente mais agradável e o bem-estar daqueles que nele se insere. Além dessa ação, o Estado criou três Escolas Municipais de Educação Infantil e a Prefeitura do Estado, outras três. No entanto, o maior desafio para a União é desenvolver, essencialmente, creches estatais – que é a luta do Fórum de Multientidades de Paraisópolis - pois somente há da iniciativa privada.

Compreende-se, até mesmo pela falta de dados das políticas públicas formuladas tanto pela Federação quanto pelo Estado e Prefeitura, que as iniciativas estatais são poucas e, por esse motivo, enfrentam certa dificuldade em atender as diversas demandas evidenciadas pela população. Segue a tendência atual de relativa descentralização a qual emerge concomitantemente à participação popular. Teóricos defendem tal postura devido ao fato de que o Estado é incapaz de proporcionar inclusão social, continuidade administrativa, gerenciar os recursos – que temem em faltar – e de garantir a democracia. Nesse sentido, surgem diversos atores que buscam a atenção às demandas e participam do processo decisório, integrando-se nas tomadas de decisões sem ausentar o relativo papel do Estado, fato que pode ser percebido na visita e no estudo de caso em Paraisópolis.

8 – Conclusão

Envolver-se em um tema tão fértil quanto à desigualdade social e as suas mazelas conseqüentes da sociedade atual é impactante, mas acima de tudo, rico como agente de sociabilidade e experiência de vida.

É uma realidade que traz, em si mesma, a dualidade de parecer distante de nós, quando na verdade está apenas distante quando nós a queremos vê-la assim, já que basta analisarmos, friamente, o mundo que nos circunda para percebermos que esse cenário está cada vez mais próximo da vida de cada um.

Paraisópolis, analisada sob uma ótica macro de regulação de políticas públicas e ações sociais, é mais um exemplo onde se nota o desmantelamento da força do Estado, onde cada vez mais perde o seu poder de suprir as necessidades da população – nesse caso na área da saúde – e passa então a assumir papéis de acompanhamento e parceria junto à ações empreendidas pelo Segundo (capital privado) e Terceiro Setor (ONG´s e sociedade civil).

Assim, chegamos, através de embasamento teórico e prático, em respostas para os questionamentos anteriormente apontados que nortearam o projeto:

1. Obviamente, suprir as necessidades de mais de 80 mil pessoas, que já vivem em uma situação muitas vezes deplorável de condições de saúde não é uma tarefa simples. Contudo, as ações da Comunidade em conjunto com o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis tem obtido grandes resultados que nos levam a afirmar que essa união tem conseguido, dentro das suas limitações, atender as demandas, haja vista os dados apontados no desenvolvimento do projeto.

Esse é um avanço que só ocorre graças às ações em conjunto da população e do Programa Einstein, que capacita o cidadão não apenas a buscar melhores condições de saúde, mas também lutar por desenvolvimento humano, através de projetos sócio-educacionais.

2. O Estado, apesar de ser o agente capaz e legalmente responsável por formular e implementar políticas que abragem as necessidades populacionais, não coloca-se nesse papel. Acaba, então, seguindo a tendência neoliberal de regulação e parceria, deixando a cargo do capital privado e do Terceiro Setor a ação efetiva dessas ações. Enfim, como ator essencial o Estado efetivamente não funciona, porém não se pode menosprezar o papel que exerce no funcionamento das redes social de provimento.

Também no Brasil, o Estado assume a concepção política patrocinada pelo Banco Mundial, onde a atuação do Estado deverá estar voltada para a garantia de um pacote mínimo de serviços essenciais, dirigido para os comprovadamente pobres. Assim, reduz sua responsabilidade pública e gasto social, além de estimular a mercantilização do setor da saúde.

3. Talvez o ponto mais surpreendente e entristecedor da pesquisa reside no questionamento e, posterior, avaliação da participação da Comunidade nas ações locais. Inicialmente, havia o pensamento construído de que o consentimento dos cidadãos era pleno em boa parte das iniciativas aplicadas. No entanto, com a pesquisa de campo, principalmente na União dos Moradores, notou-se que a população não faz valer do seu direito de "controle das gestões e no cumprimento das decisões" (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, UNICAMP) e tão pouco sua "voz como expressão de demandas" (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, UNICAMP). O que se percebeu foi que a população não nota que a ausência de participação levará a curto ou a longo prazo perdas irreparáveis no seu próprio bem-estar, direta ou indiretamente.

O estudo em questão ("Ações na Área de Saúde e Bem-Estar e Condições Sociais em Paraisópolis: Uma Análise da Atuação do Estado, do Setor Privado e dos Movimentos Sociais Da Comunidade") fez com que não só eclodisse uma nova forma de analisar e perceber a realidade na qual todos estão inseridos, mas além disso, suscitar também uma nova forma de repensarmos as fronteiras e as relações entre Sociedade (seja ela civil ou empresarial) e o Estado. Deixarmos de lado a visão corriqueira e bipolar do confronto entre Estado e privatizações de serviços

sociais para evoluirmos e pensarmos em uma “tríplice dinâmica articulada da socialização, da descentralização e da automação” (Rosanvallon, 1997).

Socialização como elemento para a desburocratização das ações estatais; descentralização para facilitar a implementação e maximizar a eficiência e a proximidade com os usuários das políticas; e autonomia das ações para desobrigar o Estado como único provedor dos serviços públicos.

Ainda sob a luz de Rosanvallon, pode-se supor algo ainda maior, aos moldes de Rousseau, que propôs um novo “contrato social”. Buscar um novo sistema que proponha a desburocratização do Estado e, principalmente, o maior reconhecimento da força das pessoas e dos grupos, como atores coletivos essenciais na estrutura de uma sociedade.

Enfim, Paraisópolis, logicamente, ainda não resolveu e por muito tempo ainda lutará para sair dessa desalentadora situação. Necessita de muito mais atenção governamental, uma vez que está em discussão a vida de milhares de cidadãos brasileiros, que trabalham, estudam, geram riqueza e catalisam a rede social da cidade.

O Segundo Setor, as empresas privadas que não tem por obrigação investir em responsabilidade social. Só que esse tipo de atitude é também uma externalidade positiva para si mesmos, pois o cidadão ou o filho desse indivíduo que recebe auxílio pode ser o futuro empregado ou quem sabe o consumidor da suas mercadorias.

Porém, antes de tudo, faz-se necessário a mudanças nos paradigmas e pensamentos dos próprios moradores. Fazer com que eles sintam-se indivíduos com voz ativa no meio social, responsáveis pelas suas próprias ações e capazes de ponderar suas preferências e ter o poder de interferência nas gestões que lhe competem. Esse é talvez o maior desafio a ser superado na busca do desenvolvimento em conjunto em uma sociedade como a analisada.

Enfim, Paraisópolis mostra que, mesmo assim, está no caminho certo. Demonstra que é no apoio e nos esforços mútuos dos governos, assim como os da sociedade civil e do setor privado que poderemos alcançar o fim da pobreza, da desigualdade social e das mazelas sociais que gravitam em torno dessa situação. É a solução que, muitas vezes, existe sem ser notada. Assim como a flor de Carlos Drummond de Andrade:

"Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor."

Carlos Drummond de Andrade – A Flor e a Náusea

9 - Bibliografia

ALMEIDA, R. e D`ANDREA, T. **“Pobreza e redes sociais em uma favela de São Paulo”** In: Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 68, mar, 2004.

ALMEIDA, R. e D`ANDREA, T. **Estrutura de oportunidade em uma favela em São Paulo**. Cap. 8

ANDRADE, C. Drummond de. **A Rosa do Povo.**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Modelo Estrutural de Governança Pública**. 2007

FERNANDES, Rubem César. 1994. **Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina**. Relume-Dumará, São Paulo.

IANNI, Octavio. 1996. **A Era do Globalismo.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

LEVI STRAUSS, C. **Reflexões sobre a Liberdade.** Capítulo XXII

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro***.* Rio de Janeiro/São Paulo, Revan/FAPESP, 2000.

MARQUES, Eduardo César e TORRES, Haroldo da Gama. **Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana**. São Paulo Perspec. Vol.18,no. 4. São Paulo, Oct./Dec.2004.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis.** Editora Martin Claret.

OLIVEIRA, Herbert Lopes de. **As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica sócioespacial da Favela de Paraisópolis, em São Paulo**. Campinas, SP. 2006.

PAES DE BARROS, Ricardo e HENRIQUES, Ricardo. **A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. IPEA. 2000.

ROSENVALLON, Pierre. **La Crise de L´Etat – Providence.** Paris.1981.

SANTOS, Milton. 1999. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção.** Hucitec, São Paulo.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade.**

Folha de São Paulo. Tendências e Debates. 02/12/2007.

INBESPS - Instituto de Bem Estar Social e Promoção à Saúde. http://www.inbesps.com.br

NEPP- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Unicamp

Revista do Centro de Estudos da Metrópole. Número Três. Outubro/novembro/dezembro de 2004. http://www.centrodametropole.org.br

REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**.** http://www.comciencia.br

http://www.einstein.br. Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis.

http://www.prefeitura.sp.gov.br. Site da prefeitura de São Paulo.

http://www.catho.com.br. Responsabilidade social empresarial.

http://www.rebidia.org.br. Assistência Social como política pública.